

A emergência da vida travesti em *Não vão nos matar agora*: discursos, vontades de verdade e resistências ao poder colonial no livro de Jota Mombaça (2021)

*L'émergence de la vie travesti dans *Não vão nos matar agora*: discours, volonté de vérité et résistances au pouvoir colonial dans le livre de Jota Mombaça (2021)*

Maxmillian Gomes Schreiner¹
Denise Gabriel Witzel²

Resumo: Este trabalho tem como intuito analisar o enunciado título da obra de Jota Mombaça (2021), *Não vão nos matar agora*, tomando como pressupostos teórico-metodológicos os Estudos Discursivos Foucaultianos e como enfoque analítico as condições de emergência desse enunciado a partir da função que ele cumpre em nossa sociedade e na história. Ao acionarmos o conceito de *campo associado*, verificamos como esse enunciado está materializado como em um nó em uma rede com outros que buscam enfrentar o poder biopolítico em relação à morte que age sobre pessoas negras mediante o racismo e, interseccionalmente, sobre as travestis negras a partir das violências de gênero. Além disso, refletimos sobre o processo de entrada dessas sujeitas no campo artístico-cultural para problematizar como esses espaços, a exemplo de muitos outros, podem ser nocivos à subjetividade de pessoas negras, que passam a ser vistas sob o ponto de vista de produtoras de produtos epistemológicos que serão apropriados pela branquitude, reatualizando uma relação incrustada em nossa memória: a colonialidade.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos; interseccionalidade; ensaios críticos; contemporaneidade.

Resumé: Ce travail a pour but d'analyser le titre de l'œuvre de Jota Mombaça (2021), *Não vão nos matar agora*, en prenant comme hypothèses théoriques-méthodologiques les Études Discursives Foucaultiennes et comme approche analytique des conditions d'émergence de cet énoncé à partir de la fonction qu'il remplit dans notre société et dans l'histoire. En déclenchant le concept de *champ associé*, nous voyons comment cet énoncé est matérialisé comme un nœud dans un réseau avec d'autres qui cherchent à faire face au pouvoir biopolitique concernant la mort qui agit sur les personnes noires par le racisme et intersectionnellement, sur les travestis noires³ à partir des violences de genre. En outre, nous avons réfléchi au processus d'entrée de ces sujets dans la domaine artistique et culturel pour problématiser comment ces espaces, à l'instar de nombreux autres, peuvent être nocifs à la subjectivité des personnes noires, qui seront désormais vues du point de vue de producteurs de produits épistémologiques qui seront appropriés par la blancheur, en réactualisant une relation incrustée dans notre mémoire: la colonialité.

Mots-clés: Études Discursives Foucaultiennes; interseccionalité; essais critiques; contemporanéité.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Bolsista CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7065885316754559>. OrCID: <https://orcid.org/0000-0003-0160-5784>. E-mail: maxgschreiner@gmail.com

² Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2281147550095036>. OrCID: <https://orcid.org/0000-0002-4685-7574>. E-mail: denise@unicentro.br

³ Utilizamos as designações nominais de gênero no feminino para nos referirmos às travestis. Ressaltamos que, semanticamente, no Brasil e em outros países da América Latina, a travesti é reconhecidamente identidade de gênero feminina, diferentemente do contexto francês e de outros países, em que pode ser lida como atitude aproximada do ato performativo drag.

Introdução

Eu poderia fazer dessa história uma excepcional narrativa sobre a luta de uma bicha preta por acesso a esses mundos, mas não estou particularmente interessada em retratar nenhuma trajetória rumo ao mundo da arte como heroica. Em vez disso, este texto almeja constituir uma descrição do mundo da arte como sendo uma ficção naturalizada feita para quebrar subjetividades pretas e indígenas na forma de valor roubado (Mombaça, 2021, p. 50).

A produção e circulação de textos⁴, bem como de outros objetos artístico-culturais, em nossa sociedade, mantém relações específicas com uma série de condições sociais e históricas que asseguram seu aparecimento, difusão e uso. Pensados enquanto superfície onde se encontram materializados discursos e relações de poder, os textos sofrem interdições e mesmo podem ser negados, conforme nos apontou o filósofo Michel Foucault (2008a) na sua aula inaugural *A ordem do discurso*, em 1970. Dessa forma, por veicularem vontades de verdade, os textos estão em um jogo com o (in)aceitável e o (in)dizível, e somente podem vir à tona por meio de uma série de mecanismos de poder que ora permitem, ora barram a circulação de dizeres no seio social.

Ao pensarmos historicamente o acesso à produção discursiva, torna-se indispensável considerar que, por muito tempo, comunidades, povos e etnias tiveram negadas as possibilidades de promoção e difusão de seus pensamentos, seja em textos orais, seja em textos escritos. Em distintas épocas, uma das maneiras brutais de impossibilitar a produção de discursos foram as torturas exercidas sobre os corpos, lugar onde o poder, a todo tempo, opera suas forças (Foucault, 2017). Durante a época colonial, muitos objetos foram utilizados na manutenção de um poder de fazer calar, e a máscara de folha de flandres⁵ é um dos exemplos das armas utilizadas pelos portugueses para não apenas calar vozes, mas destruir subjetividades de africanas e africanos traficados como escravos para o Brasil.

Grada Kilomba (2018), em seu livro *Memórias da Plantação – Episódios do racismo cotidiano*, e Gabriel Nascimento (2019), em *Racismo Linguístico*, demonstram como essa máscara é uma chave material de suma importância porque nos possibilita

⁴ Aqui usamos o conceito de texto de maneira ampla, abrangendo tanto os verbais (escritos ou falados) quanto os visuais e verbo-visuais, ou seja, imagens e audiovisualidades.

⁵ Essa máscara era feita de aço ou ferro e foi largamente utilizada durante o regime escravocrata brasileiro. Havia orifícios para os olhos e para o nariz, porém nenhum para a boca; utilizada para impossibilitar a alimentação e a fala. A fechadura era feita na parte de trás da cabeça, por um cadeado.

compreender como se constituíram as relações entre pessoas brancas europeias, as que exerciam o poder de colonizar, e pessoas negras africanas, escravizadas, a partir da extrema violência e do genocídio imposto por aqueles. Essas relações, enfatizam os autores, não ficaram estanques no tempo, porque sua prática, a de fazer calar sob violências, chega até nós hoje via diversas práticas que têm em comum a marca do racismo.

Na esteira da arqueogenealogia de Foucault (2018), para entendermos quem somos nós hoje, há que se voltar para a história, procurando esses elementos materiais que parecem ter se encerrado em um passado esquecido, discursos que soam como desvanecidos, mas que ao serem trazidos à tona demonstram o porquê de vivermos em uma sociedade marcada e cindida por práticas racistas. Ainda que sob outras formas, talvez mais sutis do que fora a máscara de folha de flandres, há uma historicidade nos regimes de poder que tentam, até hoje, fazer morrer (Foucault, 2005) as vidas negras.

Atualmente, acompanhamos a emergência de muitas reflexões a partir de textos escritos por pessoas negras, indígenas e LGBTTTQIAPN, pelo fato de esses possibilitarem análises que visam a escancarar os modos de funcionamento das políticas de verdade no tocante à suposta neutralidade de narrativizar a história. Nesse sentido, revisitar o acúmulo de documentos que perduram ao longo da história e formam a ideia da nacionalidade brasileira, é indispensável para apontarmos, visualizarmos e questionarmos os mecanismos que operaram um perverso apagamento da importância de pessoas negras, indígenas e dissidentes sexuais e de gênero na constituição de uma memória sobre o Brasil, mirando a produção de novas subjetividades históricas.

Além de promoverem novos modos de compreensão sobre as práticas cometidas, esses escritos evidenciam como a resistência exercida por esses grupos contra os racismos, os etnocídios e as violências de gênero a que eram submetidos não são estratégias postas em prática apenas em nossa atualidade, mas são mecanismos de enfrentamentos históricos e que não podem ser negados se quisermos compreender como muitos desses sujeitos e sujeitas⁶ conseguiram se manter vivos (as) diante de tantas violações, como a fome, as doenças e a falta de recursos e direitos básicos.

Apesar de hoje termos pessoas negras, indígenas e LGBTTTQIAPN, cada vez mais, produzindo e disseminando conhecimentos, não há como negar que os acessos a

⁶ Utilizamos o conceito de sujeitas, com sua desinência de gênero feminina porque travestis, no contexto brasileiro, é uma identidade de gênero também feminina.

essas estruturas de poder também são atravessados por mecanismos de diferenciação interseccionalizada: classe, raça, identidade de gênero, etariedade, religiosidade, por exemplo, são elementos ímpares na (não) aceitação das verdades veiculadas discursivamente. Materializadas na língua, as produções de conhecimento sobre os/as sujeitos/sujeitas permitem o questionamento de como o poder se exerce na constituição discursiva que enreda sociedade, história e linguagem. Para pensarmos sobre essas questões, neste trabalho, focalizaremos, sob uma perspectiva linguístico-discursiva, o primeiro livro publicado pela artista indisciplinada⁷ Jota Mombaça: *Não vão nos matar agora*.

Tal obra foi publicada em 2021, em meio à pandemia de Covid-19, como parte da coleção Encruzilhada, da editora Cobogó. Mombaça escreveu esse conjunto de ensaios durante seus trânsitos entre o Brasil e países da Europa, como Portugal, onde está residente. Nos seus trabalhos visuais, performances e escrita, a artista traz à tona a perspectiva – e mais que isso, segundo ela, a necessidade – de pensar o mundo pelo fim. Nesse sentido, engajada em formular uma ficção especulativa⁸ que parta do presente para imaginar outras futuridades para pessoas negras e desobedientes de gênero, ela aciona modos de estar no mundo para além daquilo que conhecemos, ou seja, para a morte que ronda seu corpo, este objetivado de forma interseccionalizada pelo poder (bio)necropolítico (Foucault, 2005; Mbembe, 2018) que a coloca na posição de perigo(sa).

Essa obra, assim como a inscrição de outros trabalhos de Mombaça, chama nossa atenção, porque a artista, a partir de sua própria vivência enquanto travesti, negra, imigrante e trabalhadora do campo artístico-cultural, trata dos modos possíveis de travestis negras ocuparem o mundo para além das violências, valendo-se da ficção para fugir da morte. Compreender as posições ocupadas socialmente por travestis, mulheres e homens trans negros e negras, enquanto efeitos de processos históricos, atravessadas por “teorias”, como o racismo biológico, da “degenerescência” e da “imoralidade”, são

⁷ Utilizamos o termo “indisciplinada”, que é como Mombaça se autoneomeia, por ser essa a maneira encontrada pela artista para questionar como há, também na arte, um disciplinamento das práticas artísticas que visam a garantir o funcionamento de uma série de dispositivos de normalização dos corpos e das subjetividades.

⁸ Esse termo, também utilizado por Mombaça em *Não vão nos matar agora* (2021), de modo geral, trata da experimentação sobre o passado, o presente ou o futuro, no intuito de tornar possível nas narrativas meios de encontro de outros modos de existência, nesse caso, para pessoas negras. Citamos como referência o artigo *Por que a ficção especulativa é tão importante para o povo negro?*, de autoria de Fábio Kabral, disponível em: <https://www.intrinseca.com.br/blog/2020/04/por-que-a-ficcao-especulativa-e-tao-importante-para-o-povo-negro/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

indispensáveis às considerações sobre a “escassez” dessas autorias bem como de sua presença no mundo ocidental letrado.

Em nossa contemporaneidade, no entanto, vemos despontar nomes como os de Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Letícia Carolina Pereira do Nascimento, Castiel Vitorino Brasileiro, Thiffany Odara, Maria Clara Araújo dos Passos, Neon Cunha, Isadora Ravena, Lauri Miranda Silva, bem como Jota Mombaça. Essas são algumas das autoras travestis brasileiras negras que têm galgado espaço na produção epistemológica e promoção de interpretações da cultura, sociedade, política, educação, saúde, artes e memória sob um viés interseccionalizado, que aciona as categorias de classe, raça, identidade de gênero e localização geográfica para ler e pensar as práticas, os (não) acessos e os discursos que afetam e atravessam seus corpos em suas experiências no mundo⁹.

Com a devida atenção à perspectiva interseccional (Akotirene, 2019; Gomes de Oliveira, 2021), consideramos os textos publicados na forma de livros por escritoras travestis negras do/no Brasil a partir de uma relação direta com uma série de condições sócio-históricas, estas responsáveis por produzirem a marginalização além de distintas formas de violação de direitos, efeitos de um tipo de poder normalizador (Foucault, 2010) e, forma de excesso, de efetuação de uma necropolítica (Mbembe, 2018) em que sujeitos passam a ser vistos apenas como objetos.

Assumir a posição de protagonismo e tornar-se visível quando se é uma autora negra e travesti tem o potencial de promover novas leituras como dissemos, tanto da realidade quanto da história. Tomando uma das asserções da literata Conceição Evaristo – ainda que diretamente tenha como foco a literatura de autoria negra, mas que pode ser desdobrada para pensarmos os ensaios críticos e a produção científica –, é possível entender que a posição dessas sujeitas afeta diretamente em suas escritas, conforme

⁹ Para conhecimento, citamos alguns dos trabalhos produzidos pelas autoras: “Transfeminismo: Teorias e Práticas” (Jaqueline Gomes de JESUS, 2014); “Nem ao centro, nem à margem! corpos que escapam às normas de raça e de gênero (Megg Rayara Gomes de Oliveira, 2020); “Transfeminismo” (Letícia Carolina Pereira do Nascimento, 2021); “Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude” (Castiel Vitorino Brasileiro, 2022); “Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação” (Thiffany Odara, 2021); “Pedagogias das traveslilidades” (Maria Clara Araújo dos Passos, 2022); “O enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental” (Neon Cunha [et al.], 2021); “Sinfonia para o fim do mundo” (Isadora Ravena, 2020) e a recente tese da doutora em história Lauri Miranda Silva, “Vozes subversivas e corpos transgressores: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022), defendida no ano de 2023.

pode ser evidenciado em uma mirada rápida, mas atenta, ao título dos livros e pesquisas citadas em nota de rodapé.

Diz a autora:

(...) na escre(vivência) das mulheres negras, encontramos o desenho de novos perfis na literatura brasileira, tanto do ponto de vista do conteúdo, como no da autoria. Uma inovação literária se dá profundamente marcada pelo lugar sociocultural em que essas escritoras se colocam para produzir suas escritas (Evaristo, 2005, p. 54).

A partir do uso de diversas linguagens, dentre elas a linguagem verbal e escrita, os conhecimentos de travestis brasileiras passam a ser uma arma, e mesmo uma estratégia, uma rota de desvio, diante das diversas formas de morte que atuaram e ainda atuam sobre essas sujeitas, seja de maneira simbólica, seja factual. Silenciadas na história e discursivizadas sob o olhar do(s) outro(s)¹⁰, atualmente vemos, de forma contundente, o lugar de autoria ser preenchido por travestis negras e, com isso, a irrupção de novas formas de pensar o mundo desde suas posições, inclusive questionando as verdades construídas em torno de temas como medicina e saúde, artes e sistemas culturais, direitos e educação.

O estudo sobre a inscrição dessas sujeitas no lugar de autoria, tendo em conta as condições para seu aparecimento, levam-nos a problematizar o discurso e as relações de poder que atravessam e constituem os textos. Nesse sentido, destacamos uma asserção de Foucault para entender que:

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem [são] opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. **O discurso veicula e produz poder**; reforça-o, mas também o mina, expõe, desabilita e permite barrá-lo (Foucault, 2018, p. 110, grifos nossos).

Neste gesto de análise, utilizamos pressupostos teórico-metodológicos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, uma vertente teórica linguístico-discursiva

¹⁰ Cabe ressaltar que ao buscarmos a palavra “travestis” no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes encontramos 504 resultados. No entanto, a título de comparação, “apenas 0,02% [das pessoas trans] encontram-se no ensino superior”, conforme a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a ANTRA, em nota publicada no ano de 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

fundamentada nas formulações (conceitos e noções) do filósofo francês Michel Foucault. Ainda, consideramos a pertinência de outros trabalhos desenvolvidos pelo mesmo autor e por pesquisadoras/es que tematizam os regimes de enunciação e de produção de verdades na sociedade contemporânea sob um viés interseccional.

Na esteira de Foucault (2006), tomamos o discurso a partir do ponto de vista do acontecimento com o interesse de analisar as condições de seu aparecimento, além de destacar a função estratégica que tais discursos cumprem socialmente. Para dar conta dessa empreitada, devemos descrever, e dessa maneira extrapolar o caráter estritamente linguístico, no intuito de evidenciar arqueogeneologicamente “[...] como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar” (Foucault, 2017, p. 31).

Ao perceber que os enunciados cumprem uma função de existência no meio social, Foucault sublinha que “falar é fazer alguma coisa – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também de colocar em ação as estruturas de uma língua” (Foucault, 2017, p. 252), pois implica condições para seu aparecimento e regras para seu uso. Essas condições estão diretamente relacionadas à aceitação ou não de um discurso, concebido como prática. Trata-se de uma necessidade de levar em conta as relações de poder por serem estas as que tornam possível dizer o que se disse e isso que disse ser tomado como algo verdadeiro. Para tanto, nessa linha de análise, entende-se não existir algo escondido por detrás do discurso, tampouco há uma intenção do falante ou mesmo uma verdade em si, conforme citação abaixo.

O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. Portanto, o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico (Foucault, 2006b, p. 253).

A análise dos acontecimentos discursivos busca, portanto, estabelecer e descrever relações para demonstrar como os saberes sobre os sujeitos foram formados através das relações de poder na história. Desfazer-se dos saberes formados no interior dos exercícios de poder e que se colam aos corpos – em nosso caso, corpos negros, travestis e imigrantes –, é algo difícil, porém incontornável.

Propomo-nos, diante disso, analisar o enunciado título do livro de Jota Mombaça (2021): *Não vão nos matar agora*, desenvolvendo um movimento analítico a partir de uma

reflexão sobre como se formam as verdades no interior do campo artístico-cultural em que a artista está inserida, com o intuito de dar relevo às redes de poder que agem sobre a subjetividade de uma travesti negra imigrante.

Da função de existência do enunciado *Não vão nos matar agora*

N'A *arqueologia do saber*, Foucault (2017) alerta para o fato de que nenhum enunciado nasce da vontade de um sujeito qualquer, mas tudo aquilo que é dito só é possível a partir de uma trama discursiva submetida a redes de poderes e de saberes. O funcionamento de um discurso está atrelado a regras que permitem que algo seja tomado como verdadeiro, garantindo sua circulação no mundo. Nesse sentido, ao tomarmos o título do livro de Jota Mombaça, *Não vão nos matar agora*, enquanto um enunciado, o pensamos, sob os Estudos Discursivos Foucaultianos, como um nó em uma rede, cumprindo uma função na história de nossa sociedade.

Primeiramente, há que se destacar o encadeamento da sequência linguística materializada, para dar conta, na sequência, da singularidade desse enunciado e de sua função enunciativa. Concordamos com Foucault (2017) de que não podemos negar a estrutura da língua, pois é a própria função enunciativa o que permite a relação entre significantes e significados. Ora, se o próprio encadeamento entre os signos linguísticos é possibilitado por relações históricas, há informações pertinentes no enunciado se mirarmos a análise linguística.

A sequência inicia com o advérbio de negação em que se observa uma incisão, uma necessidade premente de negar a morte a que a pluralidade evocada pelo pronome pessoal “nos” sofreu historicamente e ainda pode sofrer, no caso, trata-se das vidas e, portanto, das subjetividades ceifadas pelo poder normalizador que age contra pessoas negras, especificamente sobre as travestis negras.

A indeterminação de tempo, a partir do uso do advérbio de tempo “agora”, um dêitico, nos chama a atenção já que essa morte plural tomada como referente do enunciado pode ser atualizada cada vez que há sua leitura, a imposição das mortes contra as quais o enunciado luta é atualizada cada vez que alguém o coloca em circulação. O “agora” é a maneira encontrada de barrar as violências específicas que perduraram por muito tempo, pois não há segurança de que no futuro elas deixarão de

acontecer. O presente, este que lança ao futuro, é a possibilidade de fazer com que aquelas que estão sendo miradas pelo poder de morte continuem vivas.

Retomando a analítica dos discursos proposta por Foucault (2017), há quatro elementos indispensáveis à análise dos enunciados, que são: i) referente; ii) posição-sujeito; iii) suporte material; e, iv) campo associado; e é pela descrição desses elementos que poderemos compreender a função enunciativa e as regras que permitem seu aparecimento, bem como a quais relações de poder estão encadeados e como se inscrevem em formações discursivas.

Como “referente”, temos o próprio título do livro, pois este enunciado assume um valor de verdade dadas as condições sócio-históricas que possibilitaram/possibilitam sua emergência, haja vista que o Brasil, pelo 15º ano consecutivo, é o país que mais assassinou pessoas trans e travestis (Benevides; ANTRA, 2024), de acordo com o mais recente *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a ANTRA.

Com relação à “posição-sujeito”, entendemos que o espaço vazio aberto pela função enunciativa possibilita que Jota Mombaça, a partir das suas interseccionalidades: uma travesti negra, como corpo não padronizado, artista, imigrante latina se inscreva nesse lugar e ocupe a posição daquela pela qual vem à tona e torna-se materializada a denúncia das mortes.

A “materialidade”, a superfície de registro de aparecimento desse enunciado no mundo é o livro de ensaios da autora, publicado em 2021, que apresenta a grafia de maneira distinta da norma padrão na capa da obra: “Ñ Ñ NOS MATAR AGORA”, produzindo um efeito de resistência ao uso formal da linguagem, demonstrando a possibilidade de criação e resistência sobre ela.

Outra distinção do uso normativo-linguístico desse enunciado é a perífrase verbal que ocorre no uso do verbo auxiliar ‘ir’, conjugado em terceira pessoa do plural ‘vão’, e do verbo principal ‘matar’, que formalmente seria escrito ‘matarão’. O efeito desse uso é justamente para deslocar o enunciado de um agregado normativo que incide não apenas sobre a língua, mas sobre os corpos e as subjetividades de sujeitas racializadas e desobedientes da binariedade cisgênera; escrever segundo a norma, pode também impulsionar a subjetivação normativa.

Por fim, temos o “campo associado”, conceito este definido por Foucault como:

conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (Foucault, 2017, p. 119).

Neste trabalho, nos deteremos neste último elemento, o do campo associado, entendendo que “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto (...) Não há enunciado que não suponha outros; (...) em torno de si, um campo de coexistências” (Foucault, 2017, p. 120-121).

O campo associado do enunciado título da obra de Mombaça: *Não vão nos matar agora* é composto por outros que versam sobre a necessidade de pessoas negras irromperem contra a morte, dos quais destacamos: *A gente combinamos de não morrer*, título de um dos contos do livro *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, publicado em 2014. Uma das histórias apresentadas neste conto é a da promessa de Dorvi, um jovem que busca, em meio às mazelas sociais e estruturais, uma maneira de não morrer tão cedo, uma fala desejo de vida.

Também, o enunciado *Eu não vou morrer*, título da música/videoclipe da cantora, também travesti negra, Ventura Profana, da qual destacamos o trecho: “Arrebatamos das mãos do senhor as chaves de nossas cadeias” (Ventura Profana; *podenserdesligado*, 2021), enquanto ato de embate aos algozes, a partir da paródia na forma de culto, em que ela prega a abundância para a vida dela e as vidas de todas as travestis negras, de forma imperativa. Assim, inscrevendo-se nesse espaço de fé, Ventura Profana declara, enfaticamente, a interrupção das mortes, como um hino, repetido à exaustão, daquilo que já não pode mais ser suportado.

Ainda, é possível inscrever nessa rede interdiscursiva o enunciado “Vidas negras importam”, que emergiu no cenário mundial após o assassinato de George Floyd por policiais brancos nos Estados Unidos em 25 de maio de 2020. Esse enunciado se dispersou e é reverberado amplamente nos discursos que fomentam práticas de resistências em meio a lutas antirracistas que irromperam em protesto contra a violência estrutural, institucional e histórica que age sobre homens negros. Na esteira dessa empreitada, que tem como afronta a violência policial e o embrutecimento operado por essa instituição contra pessoas negras, e trazendo à tona a voz de mães que perderam

filhos para as balas não-tão-perdidas de policiais no Brasil, a música/videoclipe Luta por mim, de Jup do Bairro e Mulambo (2021) atualiza o enunciado “Eu não vou morrer”.

Destacamos um trecho da letra, cantada pelo rapper Mulambo, para refletir sobre como jovens artistas negros têm usado a linguagem verbal e artística para denunciar operações racistas, bem como os saberes e as memórias discursivas que marcam seus corpos e subjetividades:

O que que eu fiz para tomar três tiros no peito? Preto de noite na rua com certeza era algo errado. Virei postagem na sua rede social, cê lamentou, escreveu sobre a repressão policial. Sua hashtag foi o ponto final, dizer ‘Vidas negras importam’ pra você isso foi o diferencial. É que toda vez é a mesma merda, vocês matam eu de carne pra fazer eu de pedra. Movidos pelo tesão por tragédia, agora morto eu tenho mais voz do que vivo, parece comédia (...) Não quero meu nome no seu protesto, dentro da sua faculdade onde é raro ver preto. E só lembrar que preto existe quando morre é aceitar que preso ou morto já é algo cultural. Vocês não vão mudar porra nenhuma, mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma, descartável igual o cigarro que cê fuma, mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma (Jup do Bairro; Mulambo, 2021)

A violência policial, nas rimas de Mulambo, evidencia que o racismo instaurado historicamente continua atuante, principalmente a partir da convivência de pessoas brancas, a quem basta uma postagem nas redes sociais para acreditar que seu dever está cumprido, sem que com isso lutem para a efetivação de mudanças reais, trata-se de uma responsabilidade apenas presente no espaço virtual. Em um trecho do livro de Mombaça (2021), a autora trata da distribuição de violências, bem como sua espetacularização, como modos de o poder operar e seguir violentando os mesmos corpos:

Espancamentos públicos, omissão médica, espetacularização das mortes, naturalização da extinção social, genocídios, processos de exclusão e violência sistêmica formam parte da vida diária de muitas pessoas trans, assim como sapatonas, bichas e outras corpos dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, especialmente as racializadas e empobrecidas. Todas essas formas de violência e brutalização são de fato parte de um design global, que visa definir o que significa ser violento, quem tem o poder para sê-lo e contra que tipos de corpo a violência pode ser exercida sem prejuízo para a normalidade social. No marco desse design global, a violência é gerida para ser mortal para muitos e lucrativa e/ou prazerosa para uns poucos. No marco desse design global, a violência cumpre um

programa e opera em favor de um projeto de poder anexado à heteronormatividade, à cissupremacia, ao neocolonialismo, ao racismo, ao sexismo e à supremacia branca como regimes de exceção (Mombaça, 2021, p.72-73).

O *design* de violência que afeta corpos racializados e desobedientes de gênero a que Mombaça se refere é formado a partir da instauração de regimes de governo que conferem como verdade a eliminação de vidas em nossa sociedade desde a emergência das colônias ao momento em que o Estado Moderno está se formando. Na análise empreendida por Foucault (2005), a organização política colonial-moderna foi responsável por estabelecer um corte, uma delimitação baseada em um tipo histórico de teoria biológica: a teoria racial. Com o intuito de defasar a população em um contínuo biológico, na defesa de que haveria uma melhora da população com a morte dos considerados desgenerados,

[a] morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (Foucault, 2005, p. 305).

Essa forma de governo, baseada em técnicas de gerenciamento, controle, organização e normatização operadas contra a população, para defasá-la e criar grupos hierarquizados entre os indivíduos, tornados sujeitos a partir das marcas da raça, da doença ou da delinquência, Michel Foucault (2008b; 2008c) chamou de biopolítica.

A partir da compreensão do filósofo, ao tratar a população enquanto um conjunto de seres vivos, com características biológicas e também patológicas, o Estado passou a gerenciar e a exercer uma forma de “governamentalidade” (Foucault, 2008c) sobre a vida das pessoas, no intuito de garantir o prolongamento de algumas vidas ao passo que outras poderiam ser deixadas e expostas à morte.

A governamentalidade passa a ser a forma do Estado agir sobre a população de maneira geral, na definição do uso de espaços (físicos, mas também simbólicos), e é responsável por criar instituições que agem diretamente sobre essa mesma população, como é o caso da instituição policial. Conforme explica Foucault (2008c), esse exercício político funciona pautado em garantir a vida de uma parcela e não do todo da população. Para isso, necessita esquadrihar espaços e categorias de sujeitos com vistas à eliminação de grupos marginalizados. Esse é um dos princípios da biopolítica: o

funcionamento desses regimes de poder depende da criação de categorias de sujeitos e, mais do que isso, a necessidade de marginalizar grupos de indivíduos subjetivando-os como delinquentes, imorais e perigosos à ordem pública.

São diversas as ficções criadas pelos dispositivos de poder jurídico, policial, educacional, bem como artístico ao longo da história. Essas maneiras de operar, enquanto aquilo que não precisa ser dito, mas que todos, indistintamente, sabem como funciona quando se extrapola algum limite é o que conhecemos como normas. As normas, ainda que em um nível de indizibilidade, são fundamentais para a manutenção do poder. Elas constituem, ao mesmo passo, um ordenamento e atos de violência no intuito de garantir o prolongamento dos exercícios de poder dos modos de governo biopolíticos.

Para que haja uma mudança efetiva da norma operada e significativa dos sistemas de arte tal como os conhecemos: branco e elitista, é preciso o ato de nomeação, conforme aponta Mombaça (2021, p. 75): “Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio”. O desmonte da naturalidade normativa começa pelo ato de nomear, assim, é possível evidenciar as malhas de poder por onde determinados tipos de sujeitos se afirmam como dominantes e donos do saber.

É interessante notarmos a definição que Mombaça (2021) mobiliza para entendermos como o poder produz o mundo tal como o conhecemos e que devemos, enquanto exercício ético, desvencilharmo-nos da maneira como já conhecemos as coisas, das definições que já estão instauradas, na tentativa de produzir novas sensibilidades e mesmo saberes. Ressalta a autora que

o poder opera por ficções, que não são apenas textuais, mas estão materialmente engajadas na produção do mundo. As ficções de poder proliferam junto a seus efeitos, numa marcha fúnebre celebrada como avanço, progresso ou destino incontornáveis (Mombaça, 2021, p. 65).

Conforme explanado por Mombaça (2021), podemos perceber como o poder cria mecanismos para que a própria população defenda a naturalidade do sistema de justiça, bem como da polícia, ainda que, inegavelmente, esses dispositivos de poder atinjam de maneiras distintas pessoas não-brancas, imigrantes e travestis, por exemplo. A autora aponta sobre a morte física e simbólica, sentida e vivenciada que “(...) o sentido quebrado de si que acompanha o meu movimento de mundo como corpo monstruoso, de presença

aberrante e desobediente de gênero, marca, enfim, um outro modo de habitar e enfrentar o mundo” (Mombaça, 2021, p. 26).

Ao discutir o funcionamento do regime de governamentalidade posto em marcha pela biopolítica, Foucault (2010) esclarece que o exercício biopolítico, no que tange à segregação dos indivíduos e a possibilidade de morte pelo próprio governo, só pode ser operado por um elemento crucial, a saber: o racismo.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. (...) A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2010, p. 214-215).

A reflexão sobre como o racismo estrutura historicamente nossas relações e dá forma à nossa sociedade, bem como a mirada do campo associado exposta anteriormente que estabelecem relações discursivas em torno do enunciado *Não vão nos matar agora*, assinala a emergência de discursos que possibilitem o questionamento de como artistas negras(os) produzem saberes a partir da operação biopolítica, que afeta indistintamente o próprio lócus artístico-cultural.

Sobre como o governo biopolítico atravessa a prática artística de Jota Mombaça

Tomando o conceito de biopolítica formulado por Foucault, o linguista brasileiro Jefferson Campos (2021) propõe a reflexão sobre os modos como os espaços de arte e cultura são também parte do escopo do gerenciamento da população. Museus, galerias de arte, residências artísticas também são atravessadas pelo agenciamento das formas de governo biopolíticas. O autor pontua que, inegavelmente, o Estado vai atuar diretamente na definição do que é considerado arte e do que é escolhido para permanecer perene enquanto memória artística e cultural de uma nação.

Nesse sentido, as verdades construídas sobre obras de arte e artistas são modalizadas diretamente pelo projeto de memória colocado em funcionamento. A história da colonização e escravização de pessoas africanas no Brasil, por Portugal, marca as

práticas artísticas e a memória que os patrimônios, como os museus, narram ou deixam na obscuridade. Dito de outro modo, fazem viver ou são deixadas para morrer, conforme assinalou Foucault (2010). Dessa maneira, ao pensarmos o exercício da biopolítica em relação aos sistemas de arte nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, não podemos deixar de considerar as práticas de racismo que se organizam nos regimes do ver e do dizer da arte e cultura desde a colonialidade-modernidade.

Além de escritora, Jota Mombaça é reconhecida internacionalmente enquanto artista visual e performer, tendo atuado em museus, bienais, mostras e festivais, seja enquanto expositora, curadora, proponente e realizadora de oficinas, seja como residente em projetos independentes, principalmente no circuito artístico europeu e brasileiro. Atualmente ela vive em Portugal e escreveu o livro *Não vão nos matar agora* a partir de suas experiências subjetivas e coletivas enquanto transitava por cenários desde há muito conhecidos no campo das artes, mas pouco acessado por pessoas negras e que fogem da binariedade dos gêneros.

Sua presença nesses espaços, bem como de outras artistas negras, travestis, não-europeias é discutida na obra em questão, principalmente no tocante à reprodução das desigualdades, por ser parte da estrutura discursiva dos convites recebidos para expor, falar, propor práticas, a “necessidade” de marcar sua diferença em relação ao que já está consolidado e é considerado “normal”, seja o corpo, seja a proposta artística que é lida como destoante dos valores da “arte universal”.

Assim como outros mecanismos de produção de saberes, tal como a medicina, o meio jurídico, as escolas, o sistema penitenciário, o campo das artes também é envolto por mecanismos de regulação que se tornam hegemônicos a partir de estratégias de “etiquetamento” (Casteleira; Campos, 2019) da arte universal em contraposição às artes feitas por pessoas negras, indígenas, asiáticas, ciganas, etc. O funcionamento de instituições artísticas, como os museus, responsáveis pela manutenção de uma memória, seja ela nacional, local, ou ainda da identidade de um povo, permite-nos refletir sobre os modos como esses espaços elencam narrativas e discursivizam sobre a história de formar a marcar o não pertencimento de sujeitos à etiqueta universal branca.

Atenta ao funcionamento da biopolítica nos dispositivos artísticos, em um trecho do capítulo “-2, Para uma greve ontológica”, Mombaça (2021, p. 51) explica que “sistemas de arte não são separados dos dispositivos sociais que reproduzem a situação crítica das gentes desobedientes de gênero e dissidentes sexuais racializadas.”

Ao pensarmos como esses espaços artístico-culturais empregam um modo de fazer específico na escolha e definição do que entra (ou não) para a história, daquilo que pode ser visto e enunciável, percebemos que os critérios utilizados nessas seleções nunca são neutros, pois fazem parte de estratégias de manutenção de um regime de poder já estabelecido, ou que se quer estabelecer. Tais espaços estão, portanto, envolvidos em mecanismos de poder que se entrelaçam e corroboram, de maneira indissociável, com as vontades de verdades formadas sobre o que é artístico, que é o sujeito nacional, bem como a memória que se quer elencar enquanto verdadeira. Nesse sentido, é válido considerar que as produções artístico-culturais estão em constante relação de atração ou atrito com um sistema de governo que age sobre toda a população.

É dessa forma que Mombaça (2021, p. 35) enuncia: “A coisa tá branca!”, uma paródia da frase, considerada expressão idiomática, “A coisa tá preta!”, utilizada pejorativamente e que aos poucos está em processo de ressignificação¹¹. O uso que Mombaça faz dessa forma parodiada busca causar um estranhamento e colocar a branquitude em um outro lugar que não o do conforto daquele que, por vezes, ofende, mas o de escuta e da autopercepção dos privilégios da cor da pele.

A pesquisadora Prisila Elisabete da Silva (2017), ensina-nos que:

A branquitude é um construto ideológico no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são fruto de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios (Silva, 2017, p. 27-28).

O enunciado de Mombaça faz alusão às apropriações que muitas pessoas brancas têm feito nos espaços artísticos sobre os conceitos formulados por pessoas

¹¹ “Por que que a fome é negra? Se negra é a beleza, se todo mundo canta e tá feliz é que a coisa tá preta!” cantou Elza Soares com Rebecca em “A coisa tá preta” (2021). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aiKdLiic0wU>. Acesso em: 07 fev. 2023. Rincón Sapiência, em “A coisa tá preta” (2016), rimou: “Abre alas, tamo passando/ Polícia no pé, tão embaçando/ Orgulho preto, manas e manos/ Garfo no crespó, tamo se armando/ De turbante ou bombeta/ Vamos jogar, ganhar de lambreta/ Problema deles, não se intrometa/ Óia a coisa tá ficando preta”, ressignificando a expressão idiomática e trazendo exemplos de reis e rainhas africanas, enquanto ancestralidade das pessoas afrodiáspóricas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FsTTvHolxEA>. Acesso em: 07 fev. 2023. Já o poeta Felipe Marinho, ressignifica e ressemantiza “Coisa tá preta” em uma batalha de slam. A declamação completa, está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wYKFd6EhW0>. Acesso em: 07 fev. 2023.

negras, a ponto de não mencionar a autoria, tampouco o de exercer a prática da escuta, colocando-se no lugar de promotoras e protagonistas do conhecimento sobre antirracismo e decolonização. Isso acontece, conforme nos explica a autora, porque as pessoas brancas, ao fazerem o uso da fala, entendem que a enunciação é universal, sem com isso questionarem a si mesmas sobre as diferenças nos modos de escuta, recepção, produção, veiculação e também apropriação dos discursos que afetam interseccionalmente, portanto, de maneiras distintas, pessoas brancas (a enunciação universal) de pessoas negras (que são vítimas novamente de apagamentos).

Há uma relação perniciosa, por exemplo, nos regimes de enunciação da frase “dar a voz”, que acomete principalmente pessoas negras e indígenas, vista sob o ponto de vista de uma figura que se vê como detentora do poder e das verdades, essas tidas como válidas para todos. Concordamos com a autora quando ela afirma que há uma “hegemonia do lugar de fala branco-colonial [que funciona] como infraestrutura dos regimes de verdade que até hoje determinam as condições ontoepistemológicas de enunciação” (Mombaça, 2021, p. 37).

A autora traz à tona esses questionamentos para pensar como se dá o acesso de sujeitas negras e desobedientes de gênero às discursivizações sobre a arte, pois, geralmente, a própria entrada nos circuitos artísticos é condicionada por pessoas brancas. Para além da entrada, a autora, no decorrer de sua obra, ensaia sobre a forma como sujeitas como ela são vistas enquanto matéria produtora de conceitos, o que significa que seu corpo e sua produção intelectual estão, novamente, sendo utilizadas para a produção. Ao escrutinarmos a memória dessas práticas junto a Mombaça, veremos um encadeamento discursivo com as práticas da escravização de pessoas negras, que essas apenas produzem para que outras, as brancas, consumam. Assim, a produção conceitual feita por artistas negras podem servir de matéria rentável para empresas artístico-culturais, reatualizando o espólio da intelectualidade negra. Por isso, afirma a autora, há um sistema desigual de distribuição dos recursos, pois quem efetivamente lucra com seu trabalho são pessoas brancas, detentoras do dinheiro que é rentabilizado a partir de sua produção (Mombaça, 2021).

Considerações Finais

Assim como destacamos na epígrafe deste trabalho, o fato de artistas travestis negras adentrarem aos espaços de produção de conhecimento, como o campo artístico-

cultural, não as impede de sofrer racismos, tanto velados quanto expostos. A partir do entendimento de governo biopolítico e sua relação com os mecanismos de cisão da população, notamos que o enunciado *Não vão nos matar agora* cumpre a função de denúncia, é, nas palavras de Foucault (2021), uma resposta a uma urgência histórica: a morte real e também simbólica que acomete travestis negras historicamente, em distintos espaços, seja na rua, seja no interior de museus.

A partir disso, a contratação de pessoas negras e, especificamente, o uso de práticas antirracistas tornou-se rentável para muitas empresas, inclusive, e sobretudo, no campo artístico-cultural, conforme fica evidente nos ensaios de Mombaça (2021). Nesse sentido, a construção da subjetividade de uma artista travesti negra é atravessada pela posição daquela que é uma produtora de algo que não será consumido por suas iguais, inclusive suas criações utilizadas para a rentabilidade de pessoas brancas, em reatualização de práticas de espólio via colonialidade.

A aposta de Mombaça é criar, a partir da materialização discursiva de seus trabalhos artísticos, um movimento de resistência, uma ficção especulativa que permita a travestis negras a subversão desse ciclo de exclusões normativas e das mortes que rondam seus corpos e subjetividades. Para isso, ela não propõe imaginar outros mundos, pois compreende estarmos fadados a esse em que habitamos, mas pensar esse mundo pelo fim. Não se trata do fim do mundo – ideia cristã inutilizada na obra da artista –, mas pensar modos de conceber o fim dos dispositivos bio(necro)políticos que continuam a operar nesse mundo; há urgência em pensar o fim daquilo que já conhecemos, para que outras relações possam ser construídas.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENEVIDES, Bruna G.; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em 30 mar. 2024.
- CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. *A emergência do intelectual específico em práticas discursivas de transgressão: relatar a si mesmo como aleturgia no documentário Resgates*. 2021. Tese (Doutorado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021. Disponível em: http://www.ple.uem.br/jefferson-gustavo-dos-santos-campos_tese.pdf. Acesso em 07 fev. 2023.

- CASTELEIRA, Rodrigo Pedro; CAMPOS, Jefferson. Negritude a varejo ou quando uma etiqueta é assimétrica: estratégias necropolíticas no campo das artes. *Revista PerCursos*, v. 20, n. 44. Florianópolis, set./dez., 2019, p. 95-111. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984724620442019095>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira. Ensaio. *Revista Palmares – Cultura Afro-brasileira*. v. 1, n. 1. Brasília: Ministério da Cultura, 2005, p. 52-57. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos/revistas/revista01.pdf/view>. Acesso em: 21 jan. 2023.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. *Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2020.
- JUP DO BAIRO; MULAMBO. Luta por mim (Parte Final). (S. 1.: s.n.), 2021. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal Jup do Bairro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uaBu8BAzyHs>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – Episódios do racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução de Renata Santini. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico*: os subterrâneos da linguagem e do racismo. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MULLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude*: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017, p. 19-32.
- VENTURA PROFANA; podenserdesligado. *Eu não vou morrer*. (S. 1.: s.n.), 2021. 1 vídeo (4 min 32 seg). Publicado pelo canal Ventura Profana y podenserdesligado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MWZPd5EcJO8>. Acesso em: 08 fev. 2023.